



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CARLA FREDERICO HOPFFER

O IMPACTO DOS FEMINISMOS NA EDUCAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

CARLA FREDERICO HOPFFER

O IMPACTO DOS FEMINISMOS NA EDUCAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras, *Campus* dos Malês da UNILAB como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

CARLA FREDERICO HOPFFER

O IMPACTO DOS FEMINISMOS NA EDUCAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 16 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Érica Aparecida Kawakami Mattioli (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Rutte Tavares Cardoso Andrade (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVO GERAL	8
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
3. JUSTIFICATIVA	9
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
5. HIPÓTESE	17
6. METODOLOGIA.....	18
7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	19
8. REFERÊNCIAS.....	20

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende estudar o impacto do feminismo na educação da Guiné-Bissau, um país que se localiza na costa ocidental da África entre Senegal (ao norte) e a Guiné- Conakry (a leste e ao sul), considerando o papel das mulheres nessa educação e o papel do ensino básico das escolas públicas no empoderamento feminino, além de contar com opinião das mulheres que se declaram feministas, posto que pretende-se entender também como são vistas as mulheres que lutam pela a igualdade de gênero na Guiné-Bissau.

Pensando na situação em que se encontra a maioria das mulheres da Guiné-Bissau é uma preocupação que pode ser levantada sobre o contexto feminismo. Nisto, é importante citar as literaturas que debruçam sobre o termo feminismo, então, em conformidade com Santos (2018), o feminismo seria o movimento de mulheres que procuram encontrar os direitos a que são dignas. Na concepção de Basimile Sunday (2013), o feminismo em África é como uma luta das mulheres contra o sistema patriarcal.

Entretanto, ao falar do feminismo no contexto de um país como a Guiné-Bissau, torna-se necessário analisar antes o sistema educativo da sua sociedade. Desta forma, ao longo da execução da presente pesquisa, procuraremos destacar os processos educativos (formal e informal) implementados no país, lembrando que para Paulo Freire “a educação é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática” (FREIRE, 2003 *apud* DA COSTA, P. 73, 2015).

O artigo 25º da Constituição da República da Guiné-Bissau determina que “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”. No entanto, esses direitos iguais existem apenas no papel, pois na prática é muito raro de serem verificados. Os direitos delas foram negados pelo olho da sociedade guineense que uma mulher não pode ser igual ao homem; por exemplo, se uma mulher ganhar o salário igual ao seu marido ou qualquer homem, a sociedade vê isso como uma forma de inferiorizá-lo.

O que se constata é que no cotidiano, a sociedade guineense oprime a mulher de se desenvolver intelectualmente e economicamente. A condição de vida de muitas mulheres na Guiné-Bissau é de precariedade. Existem meninas que deixam de terminar os seus estudos para viver um casamento forçado, ou por conta da gravidez precoce; para aquelas que já se encontram casadas é comum abandonar os estudos para cuidar dos filhos ou para se ocupar das tarefas domésticas. O olhar da sociedade guineense sobre as ocupações das mulheres deixa as mulheres numa condição de exercer ofícios domésticos e de subalternidade em relação aos

homens, sendo que tal ideologia leva muitas das meninas a pensar que o lugar delas não é mais à procura da educação formal depois da gravidez, mas sim de cuidar dos filhos. Ou então que devem procurar um marido melhor para se casarem, algo considerado como a única salvação na vida de uma mulher.

Apesar de o sistema oprimir as mulheres e as colocarem numa condição inferior aos homens, existe uma organização oficial, ou seja, ligada ao Estado, que zela pelos direitos das mesmas. Trata-se da União Democrática da Mulher - UDEMU, oficializada no ano de 1961. Mais recentemente surgiu uma organização não oficial, a MINDJER IKA TAMBUR, fundada em 28 de junho de 2020, um movimento novo de jovens estudantes inconformadas com a situação que muitas mulheres enfrentam no país.

Como citado anteriormente, a UDEMU é o único movimento oficial que trabalha em prol da melhoria da condição da mulher guineense, vale salientar que esta organização não consegue se inteirar de todas as situações das mulheres no país, justamente por ser limitada muitas das vezes à capital Bissau. Nas outras regiões muitas meninas sofrem com o abuso sexual, assédio de todos os tipos; em alguns contextos ainda existe a prática de excisão feminina - por mais que exista a lei contra esta prática nefasta que prejudica tanto a saúde sexual e reprodutiva da mulher-, além de trabalho infantil que são impostas a fazer, são obrigadas a casarem com homens que podem ser seus avôs (homens idosos).

Outras organizações de mulheres não oficiais estão espalhadas por todo o país, mas por falta de apoio dos governantes acabam por não conseguir proteger muitas meninas de que tanto precisam. Uma das modalidades de organização tradicional nas comunidades é a chamada *mandjuandade*, grupo de pessoas (mulheres, homens e crianças) que através de músicas e danças transmitem críticas sociais sobre a educação, cultura e outros assuntos da sociedade guineense. Segundo Semedo, a *mandjuandade* é “o lugar onde, por meio das cantigas, se expressavam (e se expressam) as tensões familiares e sociais” (SEMEDO, 2010, p. 38).

Felizmente, já podemos encontrar registros de muitas mulheres orientadas e conscientes da importância do empoderamento feminino; elas educam os filhos e as filhas de uma forma equilibrada. Hoje em dia tem crescido o número de meninas nas escolas públicas e centros de formação profissional, portanto, isso não deixa de ser um esforço adicional de muitas mães que lutam no incentivo às filhas para encarar a formação acadêmica.

Desta forma, esta proposta de investigação questiona: quais estratégias pedagógicas estão sendo empregadas nas escolas públicas guineenses para incentivar o empoderamento

feminino? Caso não existam estratégias para esse fim, por que é que não foram traçadas tais estratégias? Que espaços são ocupados pelas meninas nas escolas e nas famílias e quais tarefas são destinadas a elas no espaço escolar? Essas são as perguntas de partida para o estudo que me proponho a fazer.

OBJETIVO GERAL

Compreender os impactos dos movimentos e pensamentos feministas na educação escolar em Guiné-Bissau.

Objetivos específicos:

- ❖ Identificar mudanças no modo que as mulheres educam seus filhos na sociedade guineense.
- ❖ Constatar no currículo do ensino básico das escolas públicas se há alguma orientação de empoderamento feminino;
- ❖ Apresentar o que pensam as meninas e jovens guineenses, que se declaram feministas, sobre a educação escolar e a equidade de gênero
- ❖ Encontrar documentos oficiais de caráter feminista voltados para meninas e jovens estudantes nas organizações feministas do país.

JUSTIFICATIVA

O presente trabalho irá adicionar-se às outras referências que tratam dos temas voltados ao empoderamento feminino na Guiné-Bissau, a exemplo dos textos “A Mulher guineense como sujeito e objeto do debate histórico contemporâneo: excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes” (2015) e “As vozes das mulheres além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau” (2018), além disso, contribuirá para a mudança do olhar da sociedade guineense sobre as meninas e jovens que estão lutando pela igualdade de gênero na sociedade, principalmente no que tange aos direitos sociais das mulheres.

Após vivenciar as condições de desigualdade social em decorrência da opressão machista na sociedade guineense e ler algumas autoras que abordam as desigualdades que existem entre homens e mulheres, como, por exemplo, a escritora nigeriana Chimamanda Adichie no seu texto “Sejamos todos feministas” (2015) e a historiadora Patrícia Godinho (2016) em “As outras vozes e percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios, da Guiné-Bissau”, sinto-me motivada para efetuar a pesquisa desta natureza, pois desta maneira poderei colocar em discussão a condição do dia-a-dia da mulher guineense.

Como escreve Adichie (2015) sobre uma conhecida dela que tinha dois filhos, uma menina e um menino com um ano de idade de diferença. A conhecida dizia: Eles são muito inteligentes e alunos exemplares, no entanto, nos momentos de estudo, assim que o irmão declarava ter fome, os pais mandavam a menina cozinhar. Na compreensão dos pais, ela podia ser inteligente, mas não quanto ao seu irmão, uma vez que não deveria esquecer-se dos seus deveres enquanto mulher. Esta narração demonstra uma clara ideologia educativa machista que determina que o lugar da mulher é na cozinha, algo que não é cobrado e nem incentivado para os meninos.

Esta realidade é mesmíssima a da Guiné-Bissau, onde as meninas são educadas a fazer trabalhos domésticos e não se exaltar as suas inteligências. Sempre dizem que o homem é superior a mulher e que a tarefa delas é ocupar-se dos trabalhos domésticos. Como se pode observar neste depoimento: “Eu sou diretora da escola, mas após as refeições na cantina eu é que organizo as meninas para lavarmos a louça enquanto os professores e alunos ficam a observar até o dia em que disse: “basta” e passamos a partilhar essa tarefa” (FALA DE MINDJER, 2018, p.45).

Portanto, o destaque deste projeto está em enquadrar uma visão crítica e estimulante no que refere ao empoderamento de meninas e jovens no país. Pretende-se fazer levantamentos dos dados bibliográficos dos outros autores e autoras que debateram o mesmo assunto e entrevistar as mulheres nas organizações UDEMU e as meninas do movimento “mindjer ika tambur” que se declaram independentes ou feministas, além de verificar os documentos que defendem os direitos de gênero ou zelam pelo empoderamento feminino. Portanto, como se trata de um tema de atualidade a pesquisa terá a sua disposição referências bibliográficas para sustentar as análises que serão feitas.

Esse tema foi escolhido por um interesse pessoal da pesquisadora, a preocupação se incide sobre de que forma o feminismo é entendido no contexto guineense, com esta indagação pretende-se descobrir se se fala ou se debate a respeito do assunto nas escolas entre jovens e descobrir, então, que nome a sociedade guineense dá para uma mulher que não aceita a desigualdade de gênero. Assim, pode-se evidenciar se a palavra feminismo encaixaria no contexto guineense e, portanto, qual seria a visão do patriarcado quanto a esse assunto.

A este propósito, o presente trabalho objetiva compreender o feminismo e os seus impactos na educação guineense, por conseguinte, pretende-se destacar a referência das mulheres que desempenham as funções iguais às dos homens, entretanto, nem por isso conseguem se posicionar como mulher independente, porque a sociedade predetermina o seu lugar, de ser submissa ao seu marido ou a qualquer outro homem.

Na sociedade guineense, o homem é tido sempre como superior à mulher, isto quase em todas as esferas de tomada de decisões, sendo que na infância os meninos são educados a serem futuramente e responsáveis de família que além de ser chefe, é protetor das mulheres e dos filhos, enquanto que as meninas são educadas a serem dona de casa, isso quer dizer cuidadoras de trabalhos domésticos e submeterem-se ao marido. Pode-se dizer, então, que este sistema é patriarcado. “O patriarcado é um sistema de autoridade masculina que legitima a opressão das mulheres através de instituições políticas, legais, econômicas, culturais, religiosas e militares” (FFA, 2007, p.09).

Além disso, a pesquisa procurará chamar atenção ao público feminino para engajar mais no que tange a igualdade de gênero e mostrar que ser mulher não depende só de estar com um homem, visto que a maior parte da população é constituída pela camada feminina, elas precisam ser aceitas sozinhas sem o homem na vida delas, porque são seres humanos, assim, não devem ser “estereotipadas” pela sociedade.

Por isso, um dos principais objetivos do feminismo propõe “livrar as mulheres da opressão a que têm sido sujeitas e não apenas a conquista da igualdade, mas também ao direito de escolher livremente os seus destinos de ser dona da sua vida dentro e fora de casa” (BASIMELE, 2013, p. 261).

A referida realidade leva a pesquisa a procurar entender se dentro de uma família a menina tem a mesma oportunidade que o menino e também se elas são livres de escolher os próprios destinos sem a intervenção dos pais. E que visão tem as outras mulheres não feministas sobre aquelas que se declaram feministas.

No caso da Guiné-Bissau, a maioria das mulheres, embora pratique o feminismo de várias formas – primeiramente através dos movimentos sociais de luta pelos direitos femininos, empreendedorismo e das lutas pela participação política –, elas não vislumbram um debate interno, no sentido de uma consciência feminista, tal como acontece no mundo ocidental e no contexto brasileiro, ou seja, as mulheres guineenses são feministas e praticam o feminismo sem saberem que o são (GOMES & FIGUEIRIDO, 2016, p.916).

Essa pesquisa, então, dispõe de grande importância na medida em que permitirá aos estudiosos aprofundar ainda mais sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres por conta da desigualdade de gênero que se verifica na Guiné-Bissau, além de identificar o dia-a-dia das mulheres na luta pelos seus direitos, terá um papel importantíssimo na conscientização das mulheres e homens sobre a equidade de gênero. A partir deste trabalho podemos desmistificar a ideia que se tem sobre as lutas feministas, deixando claro que a causa é de ver os seus direitos reconhecidos e não uma efetuação da “concorrência” com os homens a fim de serem superiores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em reflexão da Chimamanda (2015), ela vê a bisavó como feminista, já que recusava certas coisas impostas pela sociedade por ela ter nascido do sexo feminino; esta tentava fazer as suas próprias escolhas, embora, não soubesse se posicionar como hoje em dia, em que muitas mulheres conhecem os seus direitos e reivindicam os mesmos. No passado, as mulheres que não estivessem de acordo com alguma coisa (como diz autora sobre o casamento que a avó recusou) tinham de fugir de casa para que não acontecesse forçadamente, ou seja, sem consentimento das mesmas.

Do mesmo modo, podemos verificar a mesma prática na Guiné Bissau. Em muitas famílias a mulher é tida como esposa (o principal lugar social), logo não é vista como uma pessoa capaz de ter outro valor perante a sociedade a não ser o de casamento e das tarefas domésticas. Em resumo:

As práticas discriminatórias que pesam sobre as mulheres e as constroem a um papel doméstico têm fundamentalmente a ver com a importância atribuída ao casamento na sociedade guineense, sobretudo para a mulher. Ao longo da sua vida, a mulher guineense é educada e preparada para o casamento, fazendo disso o seu objetivo primário. Para um bom cumprimento dessa função, ela muito cedo é ensinada a ser submissa e acreditar que precisa de alguém para tomar conta dela, (FALA DE MINDJER, 2018, P.47)

Percebe-se que tais práticas discriminatórias começam desde educação de base, onde o sexo feminino é determinado a certos lugares na sociedade, a vida das mulheres é resumida ao casamento, porque uma menina tem que ser obediente a seu marido tem que saber cozinhar bem pelo seu marido, como se diz na nossa sociedade, “a mulher que sabe cozinhar já está pronta para se casar, vai dar conta de cuidar da casa, dos filhos e do homem”. Este último é ligado ao cargo de superioridade, aquele que sai para trabalhar, mesmo não tendo emprego, mas não pode ficar em casa, posto que só a mulher é condicionada a ficar em casa.

Nisto, Rosaldo, (1974, p. 19 - 20) *apud* Oyèwúmi (2000, p. 4) frisou que em certas realidades africanas, a maioria das mulheres são submissas aos seus maridos mesmo sendo ela quem ocupa a maior parte das despesas, “alimentar, acumular dinheiro e comercializar em mercados distantes e importantes; ainda quando se aproximarem de seus maridos, as esposas

devem fingir ignorância e obediência ajoelhando-se para servir aos homens quando eles se sentam”

Da mesma forma se encontram esses atos de submissão da mulher ao seu marido na Guiné-Bissau, portanto, os homens são considerados detentores do poder de decisão nessa sociedade, tudo isso é o resultado da educação de base fundamentada numa cultura machista e insensível. Como se observa na citação que se segue sobre o período de luta de libertação nacional que culminou com a independência.

[...] a posição das mulheres era de grande atraso. Para cumprimentar o marido, ela chegava ao ponto de se ajoelhar diante do marido. Enquanto trabalhava nos campos, o marido ficava em casa. Ela trabalhava até ao pôr do sol, regressava a casa, preparava e servia-lhe a refeição, ia buscar água para o marido se lavar. Era bastante submissa. O Partido lutou contra todos esses aspectos negativos da nossa tradição e conseguiu eliminar muitos deles. Agora já há homens a trabalhar juntamente com as mulheres nos campos. No passado os homens de religião muçulmana recusavam que as esposas participassem em reuniões do Partido. Recusaram-se uma, duas, três vezes, mas à quarta tiveram de aceitar porque as mulheres insistiram. Elas estavam interessadas em ouvir e saber o que se passava. Agora as mulheres fazem parte dos comités de “tabanka” e chegam a ser eleitas presidentes desses comités. Os homens já aceitam que as mulheres participem em reuniões e compreendem a importância e porque é que o Partido insiste nessa questão (GOMES, 2015, p.09 -10).

Em conformidade com algumas autoras africanas destacadas por BAMISILE, o termo feminismo é anti-africano por conta das diversidades culturais. No que tange ao termo, tem sido muito discutido no campo acadêmico sobre o que seria feminismo nos contextos africanos como serão citadas algumas referências em seguida.

O feminismo é como uma erva daninha que se infiltrou em África. Pretendem dizer com isto que o feminismo é algo que lhes é alheio e que ameaça sufocar ou destruir os “verdadeiros” valores africanos. Assim, todos aqueles que se declaram feministas em África não são verdadeiramente africanos, estão a sofrer de colonização mental e a promover ideias que não pertencem ao solo africano e não têm valor para as culturas africanas e suas gentes, mulheres ou homens (BAMISILE, 2013, p.259).

Defender os direitos seus não lhe faça de você uma outra pessoa a cultura não pode ficar a favorecer só um lado enquanto que outro lado é oprimido e inferiorizado só por ser mulheres

o feminismo encaixaria no contexto africano se é luta de livrar as mulheres de opressão, e não se desfaz da cultura.

O fato de que as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas. (OYĚWŪMÍ, 2004, p.08)

O conceito de feminismo é ocidental, mas se trata de debater a igualdade de gênero e fazer estudos para compreender todas as mulheres do mundo, mas dentro das suas particularidades, o que leva o debate a se estender para outros continentes, no caso a África.

Por outro ponto de vista, a escritora nigeriana Bibi Bakare-Yussuf (2003) argumenta que o feminismo ocidental impõe experiências e estruturas históricas para outras sociedades e aplica conceitos ocidentais sobre realidades em África, como o de patriarcado. Para ela desconsideramos “o poder e autoridade das mulheres nas esferas religiosas, políticas, econômicas e domésticas pré-coloniais” (YUSSUF, 2003, p. 3).

Pode-se dizer que uma sociedade patriarcal e machista constrói mentalidades perversas sobre o ser feminino. Por conseguinte, a mulher é retirada da sua liberdade de decidir sobre si mesma. Vale lembrar que este fato não é apenas dos tempos atuais, portanto, no caso da Guiné-Bissau esta realidade se fazia sentir desde os tempos de luta pela libertação nacional como se lê em: “Cabral se referia ao problema dos casamentos forçados e para a necessidade de educar as meninas como forma de as autonomizar e de torná-las livres e aptas a fazerem as próprias escolhas, quer no trabalho, quer na vida privada” (GOMES, 2016, p.127).

Destaca-se esse trecho do texto da Patrícia Godinho Gomes para mostrar como as mulheres são impedidas de ter a sua própria autoestima perante uma sociedade. Se esta ideologia do líder do partido da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde fosse posta em prática para educar as meninas de igual modo que os meninos, não haveria tanto desigualdade de gênero na região, nem a visão estereotipada com relações às mulheres em toda esfera de tomada de decisões no país. Portanto, a capacidade das meninas sempre é posta em dúvidas no sistema patriarcal, principalmente no que se refere à aptidão para fazer as suas próprias escolhas de ser o que bem entender pelas suas vidas.

Vale lembrar o fato apontado por Gomes (2015) sobre o discurso dito por Amílcar Cabral, falando da importância da contribuição das mulheres para tirar o país das mãos dos colonizadores, principalmente quando este disse “A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (GOMES, 2015, p.09), o líder da luta da libertação nacional reconheceu os valores de uma mulher na construção de uma nação, ou seja, a referida luta exigia de forma imprescindível a participação equitativa entre homens e mulheres.

Apesar de tal necessidade citada pelo Cabral, as mulheres não foram reconhecidas, depois da independência suas contribuições foram ocultadas por força do poder patriarcal que se instituiu e não deseja ter mulher como companheira profissional, mas sim como esposa e cuidadora dos deveres domésticos.

Nisto, é importante lembrar que a criação do UDEMU está baseada nas questões políticas, com o intuito de formar as mulheres para entrarem na política, então, seria pertinente questionar. Será que fizeram o mesmo com os homens? Não existe nenhuma organização para instruir os homens com a mesma finalidade. Embora, ambos não tinham experiências com a política. Talvez isso tenha acontecido porque, numa sociedade em que os homens já têm o hábito de mandar não precisariam de ter formação, vão saber lidar com o poder, pois, esta aptidão já se encontraria no “sangue” deles, portanto, são estimulados para a liderança.

Esta realidade guineense precisa ser estudada para melhor evidenciar o impacto da educação formal e informal na sua construção, por este motivo pretende-se basear nas teorias africanas sobre o feminismo em África e em especial na Guiné-Bissau.

Mas antes de tudo, deve-se pensar em educação formal e informal no país, pois não é difícil compreender que as meninas não dispõem das mesmas oportunidades de acesso à educação. Os pais incentivam os meninos a estudar para poderem ser futuros chefes das famílias, ao passo que as meninas poucas chegam ao 12º ano de escolaridade ou às universidades, muitas não continuam os estudos por gravidez precoce, casamento forçado e outros motivos. Apesar disso, não existem políticas públicas que atendem as vítimas, para piorar, os livros didáticos corroboram para afirmação das divisões de tarefas baseados em gênero, pois ilustram os meninos nas profissões que não têm nada a ver com trabalhos domésticos, enquanto meninas aparecem na limpeza ou na cozinha.

Nas esferas informais as meninas são preparadas para se ocuparem das tarefas domésticas com intuito de satisfazer os futuros esposos, por isso, desde muito cedo recebem orientações e instruções dos membros da própria família para se comportarem como dona de

casa. Os meninos são sem dúvidas preparados para assumirem a autoridade da família e de conduzir a futura esposa ou esposas. Como é apontado pela organização Fala de Mindjer: "O problema reside nos modelos educacionais em vigor, tanto formais (escola) como informais (pais, comunidade). Esses modelos não estimulam as meninas e jovens mulheres a desenvolverem a autoestima necessária com vista à sua ascensão política". (FALA DE MINDJER, 2018, p.17).

Portanto, há necessidade de fortalecer os movimentos sociais contra o sistema de ensino guineense que subalterniza mulheres. Então, em seguida são apresentadas algumas teorias feministas para depois enquadrar os movimentos feministas guineenses a estas correntes.

No tocante às teorias feministas existentes destacam-se, o feminismo negro, o mulherismo africano e o feminismo liberal.

Para Bakare-Yusuf (2003), a exigência dos feminismos africanos em relação ao gênero incide sobre uma descrição teórica que considera as diferenças de gênero levando em consideração a diversidade das experiências de mulheres africanas nos seus contextos de dia-a-dia. Neste sentido, a especificação das realidades a partir da cultura, estrutura de poder, relações históricas e outros requisitos podem ser importantes para a definição das teorias feministas nos espaços africanos.

A pertinência da afirmação precedente é indiscutível quando se pensa nas complexidades que a realidade africana apresenta, posto que tais realidades podem influenciar e muito na determinação de certos hábitos e costumes em relação às questões de gênero. Nesta senda, vale pensar em outro termo que também tem sido muito discutido nos últimos tempos, isto é, o "Mulherismo Africano".

Mulherismo Africana traz à tona o papel das Mães Africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios Maáticos de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, justiça, ordem e assim por diante (N DOVE 1998).

Diferentemente do feminismo africano, o mulherismo africano se preocupa com a conservação dos valores culturais que precisam ser passados de geração para geração, além de pautar a condição da liderança das mães para a edificação de tais valores.

Por seu turno, o feminismo negro constitui um dos movimentos fortes nas discussões sobre o gênero e a condição das mulheres negras espalhados pelo universo. Fato provocado pela

condição das mulheres negras que historicamente foi diferenciada das brancas, portanto, as negras deixaram de conceituar a categoria "mulher" numa perspectiva distinta da universal Ribeiro (2016. p. 100). Olhando para o contexto brasileiro, este movimento se faz sentir em força na segunda metade do século XX (RIBEIRO, 2016).

O feminismo liberal, está mais ligado no crescimento equitativo dos direitos entre homens e mulheres nas instituições de forma gradativa, portanto, e seu foco é sobre os direitos de liberdade às mulheres, exigindo a inserção das mulheres nos lugares da tomada de decisões, dessa forma, desencadeia “nos anos 70 a Betty Friedan criou plano com questões que afetam as mulheres, as reivindicações de igualdade com uma forte carga legalista, ou seja, com o desejo de que se positivassem vários direitos humanos e fundamentais das mulheres” (STOLZ, 2014, p.35).

Um exemplo desta assertiva é a política de direitos individuais do Feminismo Liberal, o qual exige para as mulheres o direito de autodeterminação, o direito à utilização de métodos anticonceptivos, o direito de liberdade de eleição em caso de aborto, o direito aceder à educação, o direito de eleição de com quem quer se casar e a igualdade de oportunidades que implica certas políticas redistributivas. Liberdades e garantias individuais das quais se podem deduzir que os pressupostos teóricos do Feminismo Liberal não são somente uma mera variação de liberalismo. (Idem. 2014, p.35)

Assim, pode-se dizer que os movimentos feministas guineenses se identificam com todas as correntes feministas já citadas aqui, mas aproxima-se mais com mulherismo africano, pois além de preocuparem-se com a preservação dos valores culturais, procuram protagonizar a liderança das mães, portanto, zelam pela melhoria das condições das mesmas na educação dos filhos.

HIPÓTESE

A baixa autoestima de muitas mulheres guineenses explica-se em grande parte pelo tipo de educação que recebem tanto no ensino formal do sistema educativo da Guiné-Bissau quanto na educação informal (nos lares e nas comunidades). Tal educação está atrelada especificamente a métodos pedagógicos inadequados e descontextualizados para educar os

meninos e meninas sobre os valores da equidade de gênero, desta forma, os meninos são preparados para serem chefes das meninas e não companheiros para construção duma sociedade justa e equitativa, enquanto que as meninas são instruídas para servirem os meninos.

Assim, entende-se que a falta de uma política pública que incentive discussões sobre o gênero e a condição da mulher guineense provoca a ausência de planejamentos pedagógicos que melhor atendem às necessidades da mulher, portanto, este fato é o principal motivo para a naturalização do machismo e conseqüentemente a baixa autoestima das meninas nesse território.

METODOLOGIA

Pretende-se primeiro efetuar o levantamento de dados bibliográficos através dos instrumentos que debateram as temáticas relacionadas, portanto, os trabalhos serão desenvolvidos com base no método qualitativo. Quanto aos procedimentos de pesquisa, este projeto de pesquisa com a natureza básica, adotará a pesquisa bibliográfica e a abordagem qualitativa. Para Gil (p. 50, 2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa qualitativa, preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização (FONSECA, 2002, p. 20).

Será uma profunda e cuidadosa leitura das teorias feministas produzidas, preferencialmente no continente africano, e das práticas dessas ativistas para sustentar o embasamento das análises. A segunda parte será preenchida pela recolha de dados que irão compor o *corpus* através duma pesquisa de campo a ser realizada na Guiné-Bissau. Para execução desse trabalho de campo, serão usados para fins de coleta os instrumentos que permitem realizar gravações de áudios dos informantes que responderão perguntas elaboradas previamente, então, poderão ser usados os celulares, computadores, notebook e aparelhos de captação de sons com os seus respectivos acessórios necessários. Dada a conjuntura atual da crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus, não se descarta a possibilidade de um eventual impedimento da realização deste trabalho de campo presencialmente no país, caso isso venha acontecer, serão realizadas as gravações por meio de internet usando as plataformas digitais tais como: zoom, google meet e outras. Na terceira fase serão recolhidas informações concernentes ao empoderamento feminino e sobre a igualdade de gênero no currículo do ensino básico das escolas públicas da Guiné-Bissau. Por fim, na quarta fase serão efetuadas as análises dos dados coletados e a construção do trabalho final.

Por conta dos objetivos pré-estabelecidos neste documento, será necessário efetuar a pesquisa de campo para melhor enquadrar as análises pretendidos, por isso, o foco da pesquisa é mais relacionado às mulheres que se declaram independentes na Guiné Bissau e lutam pela igualdade do gênero, por meio de iniciativas que promovem o empoderamento feminino. Desta forma, este estudo adotará a pesquisa qualitativa, pois esta modalidade se preocupa em compreender com mais detalhes uma determinada realidade o que pode ajudar em uma pesquisa ligada à educação. Algo que condiz com esta pesquisa que pretende compreender o papel das instituições públicas de ensino no empoderamento feminino no país. O fato deste estudo procurar através das

entrevistas recolher informações pessoais sobre o assunto com os informantes será necessário fazer um trabalho de campo e aplicação dos métodos da pesquisa participativa, posto que esta modalidade tem por objetivo envolver a participação dos informantes na pesquisa. (ROCHA, s/d).

Enfim, a pesquisa pretende se construir também, por meio de amplas investigações em livros, capítulos de livros, artigos científicos, anais de congressos científicos, teses e dissertações, para uma construção alinhada às teorias que possam tornar o presente trabalho eficiente.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	1o. Sem.	2o. sem	3o. sem.	4o. sem.
Revisão bibliográfica	X	X		
Coleta de dados		X	X	
Análise dos dados			X	X
Redação do trabalho			X	X
Defesa				X

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Companhia das letras. Tradução, Christina Buam. Disponível em: *Sejamos todos feministas* (culturagenial.com), 2015. Acesso em 15 de jun de 2021.
- AFF, African Feminist Fórum, **Carta de princípios feministas para as feministas africanas**. African Women's Development Fund. 2017.
- ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. **Constituição da República da Guiné-Bissau**, Bissau, 1996.
- BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. *Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence*. Feminist Africa, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.
- BAMISILE, Adetunji Sunday. A procura de uma ideologia afrocêntrica: do feminismo ao afro-feminismo, *Via Atlântica*, SÃO PAULO, N. 24, 257-279. 2013.
- COSTA, José Junior Souza da, A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia*. Faculdade Católica de Pouso Alegre *Volume VII – Número 18 – Ano 2015 – ISSN 1984-9052*.
- DOVE, Nah. Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica. *Jornal De Estudos Negros*, Vol. 28, Nº 5, maio de 1998 515-539 © 1998 Sage Publications, Inc.
- FALA DI MINDJER. **Além da pressão social e das barreiras institucionais: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau, Bairro do Enterramento, 2018.
- FIGUEIREDO, Angela & GOMES, Patrícia Godinho. *Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2016.
- FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**, Universidade estadual do Ceará, 2002.
- GIL, Carlos, Antonio, **Como Elaborar uns projetos de Pesquisa**, 4.ed. São Paulo, 2008.
- GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo. Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes.
- _____. As outras vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. Universidade Federal da Bahia (UFBA). *Revista Odeere*, Bahia 2016.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónké, conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas, *Codesria Gender Séries*, Dakar, 2004.
- _____. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. *Signs*, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.
- RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório: Uma perspectiva brasileira** Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos. 24 - v.13 n.24 • 99 - 104 | 2016.

ROCHA, Hugo. **O que é Pesquisa Qualitativa, tipos, como fazer e exemplos. Publicado em ___/___/___?** <<[O que é Pesquisa Qualitativa, tipos, vantagens, como fazer e exemplos - Blog Klickpages](#)>> Acesso em 30 de jul. de 2021.

SANTOS, Cila. **O que é o feminismo?** Publicação em 21 de maio de 2018. [O que é o feminismo?. Pergunta fácil, resposta difícil | by Cila Santos | QG Feminista | Medium.](#) Acessado em 12 de jun. de 2021.

STOLZ, Sheila; MARQUES, Clarice Pires; M. MARQUES Carlos Alexandre. **Cadernos de Educação em e para os Direitos Humanos: *Diversidade nos direitos humanos.*** Edição FURG, Rio Grande, 2013/2014.